

AS POPULAÇÕES LITORÂNEAS NA HISTÓRIA DO BRASIL:

A experiência da Modernagem na vila de Tairu (1960-1990).

*Wellington Castellucci Junior**

RESUMO: O presente texto discute aspectos das transformações espaciais e da vida cotidiana ocorridas numa vila de pescadores, de nome Tairu, situada na Ilha de Itaparica, entre os anos 1960-1990. O texto debate a importância do uso da fonte oral como método de investigação histórica para surpreender dimensões dos modos de vida de sujeitos históricos nem sempre privilegiados pela historiografia clássica. Nesse particular, uma breve descrição sobre as relações de trabalho, o lazer, os processos de apropriação territorial e da cultura local são enfocados ao longo desse artigo.

Palavras-chave: cultura, trabalho, memória.

As populações litorâneas e ribeirinhas do Brasil, em suas mais diversas temporalidades, sempre foram objeto de estudo relegado aos pesquisadores das áreas da antropologia e da sociologia. Até os idos da década de 1970, poucos foram os historiadores brasileiros a se aventurarem num campo considerado “espaço privilegiado para os profissionais das Ciências Sociais”. Hoje, observando numa retrospectiva não muito equidistante, percebemos o florescimento de uma sólida variante da História Social voltada para escutar vozes dessas populações que por algum tempo ficaram “esquecidas” pela historiografia.

Em grande medida, devemos atribuir tal avanço nessa direção às fortes influências sofridas pelos historiadores brasileiros dos ventos que sopraram da Nova História Francesa, da Nova Esquerda Britânica e de uma nova corrente historiográfica norte-americana que tem valorizado a perspectiva do diálogo entre história e meio ambiente.¹ Aqui, é importante salientar que, ao enfatizar a emergência dos estudos sobre populações litorâneas e ribeirinhas, não estou me detendo exclusivamente àqueles sujeitos dedicados à atividade da pesca e da mariscagem, mas também aos que trabalham no cultivo de determinados produtos nas áreas marginais dos rios e dos oceanos, dos que viveram e ainda vivem de práticas artesanais seculares, como é o caso dos oleiros que persistem em sobreviver fabricando artefatos de argila francamente comercializados em diferentes praças do Brasil.²

Ao destacar os papéis desempenhados pelas escolas europeias e norte-americanas na formação de novos pesquisadores, cujas preocupações atuais voltam-se para o estudo da vida, do trabalho e de todo o arcabouço cultural dessas populações, faz-se necessário enfatizar algumas orientações teórico-metodológicas que foram determinantes para os historiadores abraçarem essa temática como digna de seu ofício.

A primeira delas foi a ruptura com a noção do tempo do historiador. Por longo período, através de um legado das principais correntes teóricas, consolidadas em nossas academias, sempre houve uma tensão acerca da definição daquilo que deveria ser objeto de escrutínio dos historiadores e daqueles destinados aos cientistas sociais.³ Para essas correntes, quanto mais distanciado temporalmente do acontecido, maior seria a credibilidade da pesquisa realizada pelo historiador. A crença numa suposta isenção, na “imparcialidade”, na omissão do juízo de valor e o não envolvimento subjetivo com a temática seriam obtidos mediante o distanciamento do tempo do evento em relação ao tempo vivido pelo historiador. Assim, temas a serem abordados no campo da História seriam aqueles decorridos de longas datas, já amorfos; um tempo remoto, cuja documentação a ser investigada já se encontraria, preferencialmente, amarelada, envelhecida, empoeirada, guardada nas seções dos Arquivos: legítimos guardiões da “verdadeira história da humanidade”.

O rompimento dessa concepção deveu-se à aproximação da História com a Antropologia, em especial às contribuições de historiadores italianos como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, além das pesquisas acerca de temas inovadores realizados pelos membros da terceira geração dos Annales. Tais pesquisadores, ainda que não desenvolvessem estudos sobre temas do tempo presente, influenciaram fortemente os pesquisadores brasileiros no que diz respeito ao trato com as fontes históricas ao abordarem enredos até então desconhecidos no âmbito dos temas cristalizados pela clássica historiografia internacional. “O queijo e os vermes”⁴, “A herança imaterial”⁵, os estudos sobre bruxarias e heresias⁶, por exemplo, foram notáveis e referenciais teóricos para que os estudiosos brasileiros avançassem nas pesquisas sobre problemáticas semelhantes, atentando para os procedimentos metodológicos e as fontes utilizadas por aqueles historiadores.⁷

Ao fazerem uma operação historiográfica dessa natureza, os autores das obras acima citadas, puseram em prática o recurso daquilo que ficou conhecido como “redução da escala de observação”.⁸ Ao restringirem o universo de pesquisa a uma área de menor dimensão, o estudo de uma vila, de uma pequena região ou de uma comunidade rural, numa temporalidade mais curta, esses pesquisadores puderam aprofundar suas investigações permitindo-lhes um mergulho microscópico no universo mental de uma geração de sujeitos, ou mesmo ajudou a compreender a mentalidade de boa parte da população de um lugar a partir das reminiscências deixadas no interrogatório de um esquecido moleiro da velha Itália, como fez brilhantemente Carlo Ginzburg. Seus resultados foram de suma importância para surpreender aspectos das

peculiaridades de práticas culturais fincadas fortemente numa tradição local, verdadeira “herança imaterial”, para fazer valer uma categoria formulada por Giovanni Levi.

Essa grande contribuição, do ponto de vista metodológico, veio acompanhada de outra importante inovação: a diversificação das fontes disponíveis e passíveis de serem escrutinadas pelos historiadores. A fotografia, a literatura, a película, documentos extra-oficiais como as cartas, correspondências entre pessoas comuns, diários de mulheres, manuscritos de líderes operários e de camponeses são apenas alguns exemplos. Mas, foi, sem sombra de dúvidas, a incorporação da oralidade aquela que prestou maior contribuição em termos metodológicos e enquanto uma rica fonte aos estudiosos das populações litorâneas e ribeirinhas do Brasil.

Destituídos, na maioria das vezes de registros oficiais, despercebidos pelos poderes públicos, viveram os pescadores, lavradores e demais sujeitos praieiros e ribeirinhos à sombra de uma perspectiva histórica que valorizou muito o universo urbano ou o mundo rural clássico. Foram os literatos que assumiram a vanguarda de descrever, em seus romances, aspectos da vida de uma gente que habitava um mundo bucólico, quase imutável, daí o seu conteúdo romanesco, ficcional e talvez não histórico, na concepção de alguns historiadores.⁹ Não obstante, outra dificuldade recaía sobre a potencialidade de temas dessa ordem: afinal, qual seria a importância de se estudar um povo destituído de pertencimento de classe? Teriam os pescadores, os pequenos lavradores litorâneos, os oleiros, os embarcadiços e demais sujeitos que habitam essas regiões uma história a ser contada? Felizmente, no curso dos últimos anos alguns historiadores lançaram olhares bastante sensíveis sobre os modos de vida dessas populações e empreenderam estudos importantíssimos, ajudando a consolidar uma vertente da História Social dedicada a estudar a vida do povo e não a História de uma suposta classe homogênea.

Nos últimos anos, ainda que tenha deslocado o eixo fundamental das minhas investigações para o século XIX, em particular sobre a escravidão, não deixei de acumular fontes e atualizar a literatura sobre a vida dos pescadores, das marisqueiras e outros sujeitos que tiram o sustento diário dos mangues, dos rios, dos mares que dão contornos geográficos à Baía de Todos os Santos. Nesse pequeno texto apresento, em linhas gerais, os resultados de uma pesquisa realizada entre os anos 1996-1999, a qual solidificou minha dissertação de Mestrado, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1999.¹⁰

A experiência de uma geração: os antigos vivem a “modernagem”.

Pelos idos do ano de 1995, uma pequena vila de pescadores da Ilha de Itaparica se apresentou como uma miragem ante os meus olhos. Como as antigas áreas predominantemente ocupadas por pescadores, a vila de Tairu havia passado por profundas mudanças nos seus aspectos espaciais, arquitetônicos e no perfil da sua população. Ainda assim, um olhar cuidadoso, observando sutilmente a presença de sujeitos invisíveis, frente à circulação de turistas e veranistas, me fez perceber a existência naquele ambiente de remanescentes nativos, resistindo a processos de expropriação e de exclusão social.

Quem eram essas pessoas? Como viviam e de que modo se relacionavam com as pessoas que chegaram de vários lugares e promoveram mudanças radicais no lugar que, até a década de 1950, era apenas uma fazenda denominada Matange?

Essas problemáticas brotaram da minha consciência e me inquietaram devido à intrínseca relação entre um passado bucólico, por mim vivenciado naquela ilha, e o cenário com o qual me defrontava naquele momento. Pouco mais de vinte e oito anos atrás, Itaparica ainda era um lugar quase inóspito. Os povoados tinham luz elétrica, água encanada, sistema de transporte, ruas calçadas e condomínios demarcando espaços privados para veranistas. A forma mais rápida de se ter acesso à ilha ainda era feita por meio dos saveiros e de um antigo navio que virou figura lendária na memória dos seus contemporâneos: *o velho João das Botas*.

Naquela época, em quase todas as paragens, povoados, pequenos vilarejos, era notável um estilo de vida bastante diferente daquele vivido nos espaços urbanos. O que ditava os ritmos da vida era o tempo da natureza. Homens e mulheres trabalhavam conforme as determinações das oscilações das marés, da lua, dos ventos e assim planejavam todo o ciclo de suas vidas. Os pouquíssimos veranistas que passavam períodos de três a quatro meses em uma daquelas povoações tinham a oportunidade de observar, surpresos, um modo de vida diferente, um ritmo de vida acelerado em certas horas e quase estático em outros.

Logo pela manhã, ao sinal dos primeiros raios de sol, mulheres e crianças, munidos de *panacuns*, *balaios de sipó*, *gererés*, pequenas facas e colheres, se dirigiam para a “boca da maré”. Iam mariscar. De longe se observava todas elas agachadas, “ciscando” a areia e retirando dali um dos alimentos da dieta alimentar: o chumbinho. Mas também pegavam a *lambreta*, o *sarnambi*, e nos caules dos mangues, retiravam a *ostra* que se reproduzia em escala equiparável à população dos mariscos. Já eram quase nove horas da manhã quando aquela fila de mulheres, com as crianças dispersas ao seu redor, subia as principais ruas de

barro, quase trilhas, na direção das suas casas. O trabalho ainda não terminara, pois o cozimento dos mariscos e a sua cata talvez fosse a pior etapa de todo o processo de produção do alimento.

Outras mulheres ainda desciam para os mangues, acompanhadas de crianças, com o propósito de lhes ensinar a pegar caranguejos e siris, moradores das locas no terreno argiloso que os seus caçadores afundavam quase que a perna inteira para adentrar ao ambiente. Trabalho penoso que, ao findar o período da manhã, rendia àquelas pessoas várias cordas daqueles crustáceos de “bocas” bastante apreciadas por veranistas e pelos próprios nativos.

Mais tarde, canoas, movidas a traquetes e tripuladas por vários pescadores, aproximavam-se dos diversos portos nas enseadas. Vinham carregadas de pescado, dentre eles a *tainha*, a *sardinha*, a *xumberga*, malhadas nas redes de espera e de arrasto. Também traziam muitos quilos de camarão, resultado de uma tarefa iniciada nas primeiras horas da madrugada, fosse em épocas de verão ou no inverno.

Ao chegarem às praias e encalharem as embarcações, um reboiço de gente corria logo para descarregar as mercadorias. Outros queriam comprar os frutos do mar. Logo, assistia-se a um sobe e desce de gente com cestos feitos de cipós, sobre as cabeças, abarrotados de pescado e camarão sendo levados para uma pequena pracinha onde eram comercializados ou imediatamente conduzidos para as suas casas. Uma cena que impressionava um observador contemporâneo era a disposição de várias “camas de palhas”, dispostas à frente das casas de pescadores e das marisqueiras. Sobre elas, colocavam todo o restante do pescado tratado e salgado, não comercializado até o meio dia. Assim, eles aproveitavam o alimento por longo tempo na dieta alimentar, a qual era complementada com alguns legumes tirados das “leiras” dos quintais e raízes cultivadas nos pequenos roçados.

Essas lembranças ficaram gravadas nas memórias de muitas pessoas que conheceram Itaparica pelos idos das décadas de 1960 e 1970. Ao chegar à vila de Tairu e defrontar-me com um cenário completamente modificado, uma inquietação me levou a questionar: onde moram os nativos dessa vila?

Aos poucos, por intermédio de um pescador, natural do Ceará e residente ali há poucos anos, fui conhecendo cada um dos chamados “antigos nativos do Tairu”. Senhores e senhoras, pessoas com idades avançadas logo manifestaram interesse em conceder entrevista e falar de suas histórias de vida. Ao todo, foram 16 entrevistados. Exceto o cearense Antonio Joaquim

Pedrosa, todos os demais eram parentes, descendentes do antigo proprietário da fazenda que originara a vila de Tairu.

Ao tomar a história oral como fonte e recurso metodológico para surpreender a experiência daquelas pessoas nativas do Tairu, tive a oportunidade de mergulhar num universo desconhecido, pouco comentado, silenciado pelos *ventos da modernagem*, quase invisível ante o olhar de veranistas e não comentado entre os não pertencentes do lugar. Para grande parte dos entrevistados, a experiência em falar de Tairu, da fazenda Matange, e das suas trajetórias de vida significou, por vezes, um desabafo, em outras situações houve tristeza, melancolia, bucolismo, sentimentos de alegria em recordar um tempo onde as formas de solidariedade, a união no trabalho, as maneiras menos individualistas de se apropriar dos resultados de uma pescaria formavam um mosaico de experiências relatadas de forma desconexa que precisava ganhar sentido numa narrativa historiográfica.

Uma questão central norteou de imediato o sentido que a maioria dos entrevistados deu às suas histórias e à própria história do lugar. Os tempos históricos, inscritos na memória de cada um, sempre tiveram início e final demarcados por um ou mais eventos trágicos ou vultosos. Um dos grandes ensinamentos aprendidos numa pesquisa com fonte oral é a de que as temporalidades das memórias não convergem, na maioria quase absoluta das vezes, com os tempos históricos convencionalmente cristalizados pela História oficial, ou mesmo uma História que busca estabelecer rupturas baseando-se em episódios considerados de grandes proporções internacionais. Via de regra, enquanto guerras mundiais, “Revoluções” e Golpes de Estado podem definir o final de uma era e dar início a outra, no campo das memórias são outros acontecimentos que dão sentido à vida e definem mudanças, passagens para outro tempo histórico. O que define as temporalidades são os significados atribuídos às coisas que mudaram a vida e as formas de se viver no lugar.

Assim é que, nas recordações dos moradores de Tairu, três tempos bem distintos em suas vidas foram sempre enfatizados: *O tempo do cativo*, *o tempo da Matange Grande* e *o tempo da Modernagem*. O primeiro deles fora realçado como uma rememoração dos relatos dos antepassados; uma época que nenhum deles alcançou, porém todos ainda mantinham vivas lembranças de histórias contadas por seus avós e pais, quando costumavam descrever as dimensões da fazenda Matange, cujos limites se estendiam da costa à contra-costa de Itaparica. De modo mais enfático, todos os entrevistados se ativeram mais às duas últimas

temporalidades, muito embora cada um narrasse, ao seu modo, como vivenciou a experiência do que eles denominaram de *modernagem*.

Por volta da década de 1950, havia uma fazenda chamada Matange, cujo proprietário era Clementino Maximiliano de Lima, o patriarca dos *Lima*, sobrenome de todos os entrevistados. Na fazenda, plantavam raízes, coletavam a piaçava, cultivam o dendê, faziam os pacotes de lenha, enviados para a capital e cidades do interior onde serviam de combustível para as fornalhas das padarias e algumas fábricas. A pesca litorânea era praticada sobre grandes canoas, os conhecidos batelões. Através deles, os pescadores lançavam as redes de espera, as “caçoeiras”, as “arraeiras” e davam grande lance da enorme rede de arrasto, cuja puxada exigia a participação de grande quantidade de pessoas. A puxada do “calão”, a grande rede de arrasto, representava uma marca simbólica do trabalho coletivo e da partilha do pescado entre todos os participantes da empreitada, como bem ressaltou dona Roxinha, uma das principais entrevistadas da pesquisa:

Hoje em dia é que, por causa da ganância que é demais, o povo tem mais gente do que naquela época. Naquela época, o povo era mais civilizado, não tinha essas ganâncias. E hoje tem mais gente do que comida!¹¹

Praticamente, todos os moradores da fazenda possuíam relações de parentesco, exceto alguns trabalhadores contratados para os afazeres da roça, da criação de porcos e o trato dos pesqueiros. Durante décadas, cerca de duas gerações viveram nessa fazenda trabalhando na lavoura e na pesca e, a despeito da distância e da ausência de meios de comunicação e transportes eficientes como os atuais, aquela comunidade nunca viveu de maneira isolada. Sempre os filhos do proprietário faziam viagens para o Recôncavo baiano ou para a capital; pois, além da entrega dos produtos retirados da terra e do mar, era nas feiras livres da praça do mercado de Salvador e Nazaré das Farinhas, por exemplo, que adquiriam certos produtos necessários à vida das pessoas do lugar.

Contava-nos Barreira - o João Lima, e o seu irmão mais velho - o Carrinho, que as viagens para os centros urbanos eram demasiadamente difíceis e penosas. Na inexistência de estrada de rodagem, a única alternativa para se dirigir a Salvador era caminhando pela praia até o cais da cidade de Mar Grande, onde atravessavam a Baía de Todos os Santos nas lanchas de madeira. Para o interior, o único meio de transporte eram os saveiros procedentes da praia de Barra Grande que faziam paradas para pegar e deixar passageiros em toda a orla da Ilha. Não havia horário previsto para se chegar ou retornar à vila, pois o tempo da viagem dependia das

condições climáticas e, sobretudo, dos ventos, força propulsora que empurrava os saveiros na direção da cidade ou da Ilha.

Ainda que muitas dificuldades existissem naquela época, a maior parte dos entrevistados relatou o tempo da fazenda Matange com certo saudosismo e de forma sublime. Havia, segundo eles, um espírito de coletividade, a fartura do pescado e dos mariscos permitia uma boa qualidade de vida e variedade na dieta alimentar, além dos períodos de festas e laser. Ademais, a ausência de cercas e muros permitia o livre trânsito de pessoas que usufruíam das áreas descampadas em frente ao mar para o piquenique, enquanto os pescadores esticavam as suas redes de cordão para a manutenção semanal, tingindo-as com uma tinta fabricada do caule de uma árvore retirada dos manguezais. O tempo da Matange era cadenciado pelo tempo da natureza e o trabalho coletivo definia as funções que cabiam a cada membro da fazenda. Um dos filhos do dono da antiga fazenda expressou, com tristeza e melancolia, como era organizada a pesca entre os membros da localidade:

Naquela época todo mundo trabalhava, ninguém ficava de fora não. Todo mundo fazia força. Depois de tudo vinha o mestre e dividia tudo e dava o quinhão a todo mundo. Agora, depois que passou pra modernagem, é cachaça, é cigarro. Eu vou fazer força para os outros ficarem vermelhos? Ainda depois de tudo, fica um olhando o quinhão do outro, pra, se tiver mais, tomar...¹²

No final dos anos sessenta, sinais de mudanças radicais foram percebidos pela maioria dos nativos. De repente, estranhos começaram a rondar o lugar e lhe fazerem propostas de compra de terras da antiga Matange. Naquela época, após o falecimento do patriarca da fazenda, os herdeiros dividiram a propriedade e cada um foi se desfazendo do seu “quinhão” territorial, ao passo em que novas ocupações redefiniam a configuração espacial do lugar. Em poucos anos a especulação imobiliária resultou na construção de condomínios e loteamentos em áreas que, tradicionalmente, eram ocupadas pela população nativa.

Os resultados dessas transformações foram sentidos de diferentes maneiras pelos antigos moradores que viram os seus tradicionais espaços de laser e de trabalho serem cercados e murados, tornando difícil a circulação das pessoas e cerceando velhos costumes de se caminhar por trilhas que davam acesso ao porto, por exemplo.

Pela falta de perspectiva de vida na localidade muitos migraram em direção à capital ou cidades interioranas na busca de emprego e de construir nova vida. Sinais da desestruturação da organização do trabalho, antes pautado na coletividade, também foram sentidos através de

uma sutil e constante mudança nos padrões organizacionais do trabalho, principalmente na pesca. As introduções do saveiro a motor e das redes de nylon tornaram a atividade pesqueira mais “prática” e passível de ser realizada individualmente. No tabuleiro do movimento histórico, alguns membros da comunidade, de alguma maneira se apropriaram de tais instrumentos e incorporaram práticas culturais anunciadas pelos *ventos da modernagem*. Outros, por diferentes razões, mergulharam na completa pobreza após se desfazerem paulatinamente de suas terras, herança da antiga Matange Grande que, aos poucos, se tornava minúscula.

A história da expropriação territorial e das mudanças dramáticas ocorridas na vila de Tairu foi apenas uma entre as centenas de experiências vivenciadas por várias comunidades que compõem as populações litorâneas e ribeirinhas do Brasil contemporâneo. Em nome do “progresso”, da “modernização” e do “desenvolvimento do país”, essas populações são sistematicamente violentadas em seus direitos, assistem atônitas os seus territórios transformados, dragados, recifes são implodidos e mangues destruídos para as construções de portos, plataformas e marinas, que acomodam embarcações da gente endinheirada.

Ao adotarem as políticas de intervenção nas áreas ocupadas pelas populações litorâneas e ribeirinhas, dificilmente há um diálogo mínimo entre o estado e as pessoas. Menos ainda é a preocupação com o futuro e o destino da maioria deles quando as possibilidades de sobrevivência, baseadas na pesca, se esgotar. Os recentes estudos realizados por pesquisadores sobre populações litorâneas e ribeirinhas, situadas no entorno da Baía de Todos os Santos, na região de Ilhéus, em Salvador e no Recife, têm demonstrado o impacto que as intervenções governamentais em áreas tradicionalmente ocupadas por pescadores, marisqueiras, oleiros e pequenos agricultores têm provocado na vida desses sujeitos, muitas vezes desprezados pelos poderes públicos.

Ao cercarem as áreas pesqueiras, escavarem as praias, dragarem rios, implantarem sistemas de criação de mariculturas, a iniciativa privada e os órgãos governamentais têm provocado drásticas mudanças na vida dessas populações. Algumas delas foram imediatamente percebidas não só pelos pescadores, mas também pelos ambientalistas e consumidores de crustáceos e mariscos. O desaparecimento de caranguejos em quase todo o litoral baiano não foi obra do acaso. A destruição dos manguezais tem levado os tubarões a procurarem novas áreas para se alimentarem e procriarem, uma vez que os estuários por eles habitados há séculos foram destruídos para a ampliação do porto de Suape.

O grande desafio colocado nesse novo século é o de conciliar um suposto “desenvolvimento” econômico sem destruir completamente os mananciais, as florestas, os mangues e a fauna marinha. Para tanto, é preciso pensar nas consequências sociais que os grandes projetos de intervenção, em áreas de preservação ambiental, podem provocar na vida das populações litorâneas e ribeirinhas do Brasil na atualidade.

* Professor Adjunto de História da América Latina da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Autor de *Pescadores da Modernagem. Cultura, Trabalho e Memória em Tairu – Ba. (1960-1990)*. São Paulo, Annablume, 2007. wcastellucci@yahoo.com.br

ⁱ No caso da escola inglesa, destaquemos, por exemplo, alguns estudos. THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Cia das Letras, 1998. _____ (Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva, Orgs.) *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2001. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro. Zahar, 1979. _____ *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo, Cia das Letras, 1990. _____ *Cultura*. São Paulo, Paz e Terra, 1992. _____ *O povo das montanhas negras*. São Paulo, Cia das Letras, 1991. Sobre História e meio ambiente, ver, por exemplo: ELLIS, Richard. *The Great Sperm Whale*. University Press of Kansas, 2011. ; e outros estudos.

² Sobre isso, ver BARRETO, Virgínia Queiroz. *Viver do barro: Trabalho e Quotidiano de oleiros de Maragogipinho. (1960-1990)*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

³ Um dos trabalhos que destacou essa demarcação foi o de BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. Edições Debates, São Paulo, Edusp, 1991.

⁴ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Cia das Letras, 1982.

⁵ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

⁶ DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente. 1300-1800*. São Paulo, Cia das Letras, 1999.

⁷ A título de exemplo, VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

⁸ REVEL, Jaques. (Org.) *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁹ É vasta a literatura que fala sobre as populações litorâneas e ribeirinhas. Por exemplo, RIBEIRO, João Ubald. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984. MARQUES, Xavier. *Praieiros. Jana e Joel, a Noiva do Golfinho, o Arpoador e Maria Rosa*. Salvador, Edições GRD, 1969.

¹⁰ CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. *Pescadores da Modernagem. Cultura, trabalho e memória em Tairu, Bahia (1960-1990)*. São Paulo, Annablume, 2007.

¹¹ Entrevista concedida por Dona Roxinha. Tairu, 21 de outubro de 1997.

¹² Entrevista concedida por Epitácio Monteiro de Lima, o Zinho Lima. Tairu, 09 de abril de 1997.